

RECURSO ESPECIAL Nº 1.464.446 - RJ (2014/0158282-2)

RELATOR : **MINISTRO SÉRGIO KUKINA**
RECORRENTE : PINTO DE ALMEIDA ENGENHARIA S/A
ADVOGADOS : ARNALDO VERSIANI LEITE SOARES - DF006235
RAPHAEL PORTINHO DE SÁ E OUTRO(S) - RJ130323
RECORRIDO : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
INTERES. : MUNICIPIO DE NITEROI

DECISÃO

Trata-se de recurso especial manejado por **Pinto de Almeida Engenharia S/A** com fundamento no art. 105, III, *a* e *c*, da CF, contra acórdão proferido pelo Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro, assim ementado (fl. 313):

Ação Civil Pública. Incorporação Imobiliária. Município de Niterói. Operações Interligadas. Lei Municipal no. 1.732/99. Prescrição. Inocorrência. Apelação parcialmente provida.

1. Em havendo dano ao meio ambiente, é imprescritível a pretensão objetivando seu ressarcimento.

2. E aí pouco importa se a pretensão é à reparação específica de molde a afastar o dano causado ou à conversão dessa obrigação em perdas e danos, ante a impossibilidade da execução própria.

3. A Lei Municipal nº. 1.732/99 desatendeu ao critério previsto no Plano Diretor do Município de Niterói.

4. Assim, como o valor da contrapartida pago foi a menor, a licença de construir não deveria ter sido concedida.

5. No entanto, hoje, o fato da obra é irreversível.

6. A reparação do dano ao meio ambiente deve ser feita através da conversão da obrigação de fazer (demolir a obra) em perdas e danos.

7. E, para o arbitramento destes, fixa-se seu valor no exato montante que a incorporadora deveria ter pago se o Município tivesse corretamente observado o critério previsto em seu plano diretor.

Opostos embargos declaratórios, foram rejeitados ante a inexistência dos vícios elencados no art. 535 do CPC/73.

A parte recorrente aponta, além de divergência jurisprudencial, violação aos arts. 267, IV, do CPC/73; e 21 da Lei n. 4.717/65. Sustenta, em síntese, que as ações que visam à reparação de suposto dano ambiental se sujeitam ao prazo prescricional quinquenal, devendo ser afastada a imprescritibilidade apontada pelo acórdão recorrido.

O Ministério Público Federal opinou pelo não provimento do recurso especial (fls. 458/462).

É o relatório.

Registre-se, de logo, que o acórdão recorrido foi publicado na vigência do CPC/73; por isso, no exame dos pressupostos de admissibilidade do recurso, será observada a diretriz contida no Enunciado Administrativo n. 2/STJ, aprovado pelo Plenário do STJ na Sessão de 9 de março de 2016 (*Aos recursos interpostos com fundamento no CPC/73 - relativos a decisões publicadas até 17 de março de 2016 - devem ser exigidos os requisitos de admissibilidade na forma nele prevista, com as interpretações dadas, até então, pela jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça*).

Discute-se no presente caso questão relativa à imprescritibilidade da ação de reparação de dano ambiental, tema cuja repercussão geral foi recentemente reconhecida pelo Supremo Tribunal Federal, no bojo do **RE 654.833/AC - Tema 999**, que recebeu a seguinte ementa:

CONSTITUCIONAL E ADMINISTRATIVO. RECURSO EXTRAORDINÁRIO. DANO AO MEIO AMBIENTE. REPARAÇÃO CIVIL. IMPRESCRITIBILIDADE. REPERCUSSÃO GERAL RECONHECIDA.

1. Revela especial relevância, na forma do art. 102, § 3º, da Constituição, a questão acerca da imprescritibilidade da pretensão de reparação civil do dano ambiental.

2. Repercussão geral da matéria reconhecida, nos termos do art. 1.035 do CPC.

(**RE 654833 RG**, Relator(a): Min. ALEXANDRE DE MORAES, julgado em 31/05/2018, PROCESSO ELETRÔNICO DJe-126 DIVULG 25-06-2018 PUBLIC 26-06-2018)

Em recursos versando sobre temas submetidos ao rito da repercussão geral, o STF tem determinado o retorno dos processos para os Tribunais de origem, para aguardar o julgamento do recurso extraordinário representativo da controvérsia. A propósito: **ARE 934.095 AgR-ED-ED**, Rel. Min. Edson Fachin, Primeira Turma, DJe 22/11/2016; **RE 594.695 AgR-AgR**, Rel. Min. Marco Aurélio, Primeira Turma, DJe 25/5/2015; e **RE 543.799 AgR-ED**, Rel. Min. Gilmar Mendes, Segunda Turma, DJe 3/8/2015.

Assim, em razão de economia processual e para se evitar a prolação pelo STJ de provimentos jurisdicionais em desconformidade com o que vier a ser definitivamente decidido pela Corte Suprema, conveniente que a apreciação do recurso especial fique sobrestada até o exaurimento da competência do Tribunal de origem, que ocorrerá com o juízo de retratação ou de conformação a ser realizado pela instância ordinária após o julgamento do recurso extraordinário, sobre o mesmo tema, afetado ao regime da repercussão geral, nos moldes dos arts. 1.040 e 1.041 do CPC/2015.

Essa orientação foi ratificada pela Primeira Turma do STJ, ao decidir que: "Podendo a ulterior decisão do STF, em repercussão geral já reconhecida, afetar o julgamento da matéria veiculada no recurso especial, faz-se conveniente que o STJ, em homenagem aos princípios processuais da economia e da efetividade, determine o sobrestamento do especial e devolva os autos ao Tribunal de origem para que ali, em se fazendo necessário, seja oportunamente realizado o ajuste do acórdão local ao que vier a ser decidido na Excelsa Corte" (**AgInt no AgInt no REsp 1.603.061/SC**, Rel. Ministro Sérgio Kukina, Primeira Turma, DJe 28/6/2017).

Ademais, no julgamento da **Questão de Ordem no REsp 1.653.884/PR**, também pela Primeira Turma deste Superior Tribunal de Justiça, ficou assentado que, nos casos de devolução do recurso especial ao Tribunal de origem para o aguardo do desfecho da repercussão geral, a Corte recorrida, caso verifique a existência de resíduo não alcançado pela afetação do Supremo Tribunal Federal, deverá determinar o retorno dos autos a este STJ somente após ter exercido o juízo de conformação ao que decidido pelo STF na repercussão geral (**QO no REsp 1.653.884/PR**, Rel. Ministro Sérgio Kukina, Primeira Turma, DJe 6/11/2017).

Do exposto, nos termos da fundamentação, determino a **devolução** dos autos ao Tribunal de origem, com a respectiva baixa, onde, nos termos dos arts. 1.040 e 1.041 do CPC/2015, deverá ser realizado o juízo de conformação ou manutenção do acórdão local, frente após ao que será decidido pela Excelsa Corte no **RE 654.833/AC**.

Publique-se.

Brasília (DF), 19 de fevereiro de 2019.

MINISTRO SÉRGIO KUKINA
Relator

